

Língua e Contemporaneidade. Algumas notas sobre Tradução e Cultura Alemã

*Ein Zeichen sind wir, deutungslos
Schmerzlos sind wir und haben fast
Die Sprache in der Fremde verloren.*

F. HÖLDERLIN, «Mnemosyne» (1802)

*Wie gefährlich ist Gen-Food?
Unser täglich talk gib uns heute![m.s.]*

Títulos de artigos da revista *Stern*, 16-1-1999.

As modificações aos padrões culturais hegemónicos que se observam nas modernas sociedades multiculturais, como a Alemanha de hoje, encontram na língua ¹ o seu mais privilegiado veículo de expressão. Mais do que ícone de uma etnicidade ancestral, tal como a definia Fichte, no alvor dos nacionalismos do século XIX, em particular nos seus *Discursos à Nação Alemã (Reden an die deutsche Nation)* (1802), a língua apresenta-se como modelo de uma versabilidade infinita, num processo de relocação constante, permeado pelo diálogo, interacção e absorção híbrida de expressões da alteridade.

¹ Em termos metodológicos, entende-se língua na acepção saussuriana de um código linguístico partilhado pelos falantes, e actualizado no acto de enunciação através da fala. A língua surge assim como um fenómeno essencialmente social, ao passo que a fala se manifestaria ao nível individual (Todorov, 1982:152).

Na Alemanha multicultural do século XXI, o alemão não é já a expressão contemporânea de uma *Ursprache* que legitima a unidade do Estado-nação, mas o veículo da interacção de várias nações no terreno do novo Estado multinacional, um espaço de diálogo entre localizações étnicas, religiosas, geográficas e culturais diferenciadas, por vezes nomádicas, e que se vão interligando no domínio em mutação constante da língua. Este modo de inovação é simultaneamente um processo de tradução cultural, que substitui uma noção de cultura enquanto entidade estabilizadora de uma identidade dita nacional, por uma concepção de cultura enquanto construção mediadora ou espaço intermédio (*in-between*, Bhabha, 1994: 227). Pensando, na aceção de Michel Foucault, que toda a identidade é essencialmente discursiva, a linguagem, e em particular a língua nacional, surge afinal como meio fundamental de configuração do espaço simbólico da nação cultural enquanto comunidade identitária imaginada (Anderson, 1991: 4).

Apesar de até aqui ter referido o lexema cultura no singular, subscrevo, todavia, a tese de Hartmut Böhme, de que em vez de cultura, enquanto noção individualizada, se deve falar de culturas (Böhme, 1996:64), atendendo à polifuncionalidade e diversidade do seu uso. Remontando às origens, o termo alemão *Kultur* remete para o étimo latino *cultus*, presente em lexemas tão diversos como *cultura*, *colonia*, *colonus*, *cultor*, *colere*. Na história cultural está associado, por um lado, a uma dimensão orgânica, sedentária, de aperfeiçoamento tanto individual como social, a cultivo; por outro, aponta também para a concepção de colónia e ocupação. Este termo relaciona-se na teoria cultural alemã com dois outros: *Bildung* – cunhado no século XIII, indicando a progressão individual do homem, «nach dem Bild Gottes» – e *Zivilisation* – de origem francesa, introduzido pelo Marquês de Mirabeau na obra *l'Ami des hommes* (1756), e associado ao cosmopolitismo, à evolução harmónica da sociedade e do homem. Embora não seja este o espaço para discutir a problemática relação entre os termos, permeada de cambiantes políticas e ideológicas², recorde-se apenas, em penhor da evolução da teoria da cultura, o modo como se per-

² Sobre a problemática relação entre os termos *Zivilisation* e *Kultur* veja-se Franz Rahhut, 1953: 81-91; Opitz, 1998; Böhme/Scherpe, 1996; Kittler, 2000; Baecker, 2000. Sobre a oposição entre os dois conceitos e as suas especificidades nas tradições intelectuais francesa e alemã veja-se Eagleton, 2000:9.

cepcionou a transição de um modelo de cultura dirigido essencialmente para a constituição de uma identidade homogénea e integradora, para uma afiliação centrada na diferenciação e na heterogeneidade. Quanto ao primeiro modelo, evoque-se a definição de Norbert Elias que, numa obra determinante para o actual desenvolvimento da história cultural, denominada *O Processo Civilizacional* (1939/1968), associa ao termo cultura (*Kultur*) cambiantes antropológicas, estéticas, sociológicas e políticas que confluem para um processo de criação de uma identidade cultural e nacional homogéneas. Cultura designaria, deste modo, «a autoconsciência de uma nação que constantemente teve de perguntar-se em que consistia realmente a sua especificidade, que repetidamente teve de procurar e reconstituir todas as suas fronteiras, tanto políticas, como espirituais.» (Elias, 1989:61). Nesta acepção a língua nacional é evocada como instância legitimadora e delimitadora da especificidade político-cultural do povo. De facto, já no século XVIII, Herder no *Ensaio Sobre a Origem da Linguagem* (*Über die Ursprung der Sprachen*) (1772), reclamando contra a visão teológica da linguagem enquanto criação divina, insiste no seu carácter humano e socializante, considerando-a um instrumento determinante na definição e autoconsciência nacional de um povo (cf. James, 1994: 38-39). A identificação entre linguagem, cultura e nação é, no alvor dos nacionalismos, retomada por Fichte, nos *Discursos à Nação Alemã*; observa-se nos escritos e na política cultural de Wilhelm von Humboldt e manifesta-se na análise de Mme de Stael, em *De l'Allemagne*. É neste sentido que as afirmações de Herder, no espaço geográfico alemão, ou de Rousseau, em França, ao dizerem que no seu tempo não há franceses nem alemães, mas apenas europeus, ao contrário do que se pensaria hoje, não representa uma declaração de fraternidade cosmopolita, mas antes um sentido de perda, exprimindo a ausência da diferença criativa, que fortalece a especificidade nacional.

O modelo multicultural contemporâneo reflecte-se, por seu lado, numa concepção de cultura enquanto espaço conjunto de confronto e diálogo, um espaço modelado pelos afectos e pelas vivências, tal como é definido por Terry Eagleton: «Culture is not only what we live by. It is also, in great measure, what we live for. Affection, relationship, memory, kinship, place, ultimate meaning: these are closer to most of us than charters of human rights or trade treaties.» (Eagleton, 2000: 131).

De certa forma, esta abrangência que ressalta de duas definições tão diferenciadas ideologicamente reflecte-se também numa certa inflação terminológica da palavra «cultura», aplicada às mais diferenciadas realidades, teorizações e finalidades. Assim, no âmbito dos estudos de cultura, o lexema é aplicado a designações como cultura nacional, diferenciada étnica e politicamente; mas também a concepções tais como cultura de grupo, individual ou de classe (T.S. Eliot e Raymond Williams), cultura de massa, *ordinary culture* (Raymond Williams) ou, na recente terminologia de Terry Eagleton, *high culture*, *exotic culture*, *market driven culture* (Eagleton, 2000). Associada a uma visão mais histórico-política, o termo é ainda utilizado para designar uma cultura do tempo e do espaço (Stephen Kern, Wilhelm Schmid), a cultura da cópia (Hillel Schwartz), uma cultura da UNESCO ou ainda cultura da NATO (Clifford Geertz). Por fim, observa-se ainda a aplicação desta terminologia aos diferentes saberes, o que nos permite falar de cultura científica³, cultura musical, cinematográfica, cultura dos média, cultura política, sociológica, ou numa acepção mais económica de *corporate culture*, entre outras designações.

A todas estas designações culturais dá a linguagem aquilo que Derrida denomina a «modalidade identificatória» (Derrida, 1996: 24), ou seja a especificidade que diferencia um determinado campo do saber ou um espaço geo-antropológico. Todavia, é também ela que, num jogo constante entre abertura e fechamento, a deixa permeável ao elemento não-específico exterior a si. Entre o global, o exterior e o Outro, e o específico, nacional e próprio, a língua erige-se como espaço terceiro, um terreno de versabilidade permanente. Surge assim como modalidade de transposição, de tradução do real e de tradução constante entre o Outro e o que é próprio. Expressas através desta modalidade versal, as culturas, na sua versão diferenciante, afirmam-se como projectos de translação, mostrando a tradução cultural (*cultural translation*), como um processo não apenas de diálogo entre entidades culturais heterogéneas, mas também como processo intrínseco à própria dinâmica dos processos culturais. Isto é, a tradutibilidade apresenta-se como característica imanente das culturas (Lepenies, 1996), que não só

³ Recorde-se a propósito a designação consagrada de C.P. Snow acerca das duas culturas: a cultura das letras e a cultura científica (Snow, 1969).

aproxima o Eu do Outro e vice-versa, como cimenta a autoconsciência do Eu enquanto tal.

Para além de característica essencial à dinâmica das culturas, e enquanto modalidade do próprio acto de compreensão ⁴, a tradução enquanto prática está intimamente ligada aos processos de evolução da cultura europeia, que já George Steiner define como uma cultura da tradução (Steiner, 1975:249), porque a sua memória assenta essencialmente na escrita. Todavia, para além da dinâmica de contacto cultural que a marca desde os seus primórdios, a capacidade de estabelecer pontes, de comunicar, é relativizada por uma necessidade de colonizar e de impor padrões culturais. Ou seja, traduzir apresenta-se como acto ambivalente, surgindo numa dupla aceção enquanto contacto e conquista.

Efectivamente, a nossa é uma cultura da tradução desde a Antiguidade Clássica, consagrada nos *Scriptoria* medievais, no cultivo, transmissão e tradução do acervo cultural dos textos próprios; mas também de recepção e integração do exótico. Recordemos, já no século XIX, as traduções de textos sagrados hindus pelos irmãos Schlegel, dos Vedas e Upanixades por Schopenhauer, as traduções de escritos de Confúcio por K. E. Naumann, de textos japoneses por Lafcadio Hearn ou mesmo por Wenceslau de Moraes. Estes trabalhos, de inegável interesse e importância estética para a história literária, possuem igualmente uma forte componente social e antropológica. Tornando o exótico próximo, revêm os nossos padrões delimitados de identidade cultural e, trazendo-nos o Outro, contribuem, numa estratégia definida por Edward Said como *voyage-in* (Said, 1994), para reavaliar, rever e finalmente cimentar os paradigmas de identidade da cultura do centro.

De outro lado, a cultura tradutiva do centro é igualmente uma cultura de imposição, de translações imperialistas. Recorde-se que Virgílio na sua *Eneida* utiliza o termo tradução como translação

⁴ Na hermenêutica heideggeriana, a compreensão é fundamentalmente entendida como linguística: «Der Mensch gebärdet sich, als sei er Bildner und Meister der Sprache, während doch sie die Herrin des Menschen bleibt. Wenn dieses Herrschaftsverhältnis sich umkehrt, dann verfällt der Mensch auf seltsame Machenschaften. Die Sprache wird zum Mittel des Ausdrucks. Als Ausdruck kann die Sprache zum blossen Druckmittel herabsinken. [...] Denn eigentlich spricht die Sprache. Der Mensch spricht erst und nur, insofern er der Sprache entspricht, indem er auf ihren Anspruch zuhört.» (Heidegger, 1983:12).

imperial: *translatio imperii*. Associada à capacidade receptiva da cultura europeia e das culturas do centro esteve sempre, de facto, um certo privilégio de imposição tradutológica, corporizado politicamente nos impérios coloniais das potências europeias. O privilégio de «obrigar» o Outro a exprimir-se, ou a traduzir/interpretar a língua da potência hegemónica não é mais do que uma tentativa de dominar, através da limitação do veículo primordial de identificação da cultura alvo, a língua. Do mesmo modo, a cultura europeia é uma cultura não só da **tradução**, mas **traduzida**, num movimento duplo de aceitação do Outro e de autoimposição, através dos processos de expansão imperial.

Todavia, na contemporaneidade, mais do que um modo de imposição, a tradução afirma frontalmente a sua dimensão de pertença. Se, como refere Wolf Lepenies, com o reconhecimento da multiculturalidade a questão do privilégio tradutológico do centro foi ultrapassada (Lepenies, 1996: 103), no alvor do século XXI a questão da tradutibilidade da cultura europeia no seu relacionamento com culturas nacionais, situando agora o problema apenas no espaço europeu, debate-se entre duas posturas, que de seguida se discutem através do estudo de caso da cultura alemã:

- a) De um lado, associado ao movimento da globalização, da modernização, da sociedade de informação, discute-se a desistência do privilégio tradutológico a favor da homogeneização, da criação de uma cultura global e de uma língua franca, o inglês. Esta europeização anglófona do mundo, nas palavras de Paul Valéry, está associada à dialéctica da racionalização, à normalização macdonaldizada, microsoftiana do globo e tem como consequência, por um lado, a recusa da tradutibilidade – desnecessária num mundo falado a uma só língua – e por outro, a inutilidade da tradução, tornada uma estratégia supérflua num mundo monolinguístico e tendencialmente monocultural.
- b) A segunda opção é precisamente a da exigência do privilégio tradutológico, associada ao recrudescer dos apelos à consencialização dos particularismos étnicos, linguísticos e políticos. Esta opção surge como reacção contra o enfraquecimento das culturas nacionais face à globalização, contra a alienação da identidade, face à dissolução das fronteiras de

género, etnia, religião e classe. Trata-se enfim de uma reacção contra o multiculturalismo e também contra a dissolução no mundo da globalidade virtual.

Esta é paradigmaticamente, e apesar da diversidade ideológica inerente a cada um dos lados, a opção dos extremismos de direita na Europa; e das chamadas «culturas famintas» de África (Lepenies, 1997:109), numa reacção contra o que o etnólogo Clifford Geertz denomina «a tolerância desesperada do cosmopolitismo da UNESCO».

O Caso alemão

O caso alemão situa-se num espaço liminal entre as duas propostas. De facto, a exigência de um privilégio tradutológico fez-se sentir muito tarde no espaço geográfico alemão, correspondendo ao período de criação do Estado-nação, nos finais do século XIX (1871), e relacionando-se com o que o historiador Ulrich Plessner chamou o complexo «da nação atrasada» (Plessner, 1988), exacerbador do sentimento nacionalista, levando a manifestações de xenofobia cultural que, apesar de já visíveis no período guilhermino, vão atingir o seu auge durante a ditadura nacional-socialista. A imposição do alemão como primeira língua nos territórios ocupados, obrigados a exprimirem-se em alemão e a traduzirem os documentos da língua nativa para a língua do ocupante, é exemplo da imposição totalitária e da necessidade de limitar a identidade dos povos autóctones.

Após 1945, a desnazificação alarga-se também ao nível linguístico⁵. A crítica do passado recente expressa, nas palavras de Bertolt Brecht, a necessidade de «purificar a linguagem», postura subscrita pelos escritores do chamado «Gruppe 47». A crítica da linguagem associa-se à crítica da cultura e à crítica ideológica, contribuindo

⁵ Cite-se a nível exemplificativo, o estudo polémico da íntima relação entre as estruturas do alemão e a sua utilização pelo jargão nacional-socialista efectuado por Victor Klemperer, *Aus dem Notizbuch eines Philologen* (1946), publicado de novo com o título *Die unbewältigte Sprache*, bem como o ensaio de George Steiner «The Hollow Miracle» (1959).

para a desistência do privilégio tradutológico, conotado com a ideologia totalitária do nazismo, e a aceitação da hegemonia da nova cultura franca, anglo-americana. Na verdade, a americanização da sociedade e da cultura alemãs é um fenómeno ímpar na Europa, que se deve, em parte, à longa permanência das tropas americanas no território, associada a uma necessidade de sublimar valores tradicionais, fortemente conotados com um passado tenebroso, que a vertigem da modernidade americana faz esquecer (Burns, 1995: 310-323).

Actualmente a permeabilidade da cultura alemã é evidente na organização social, económica, política e étnica da sociedade. O *kebab*, os *bagels* e o café expresso equivalem na cultura alimentar à profunda penetração da língua por estrangeirismos, (como *jobben*, *managen*, *ciao*) e à própria criação de híbridos como o lexema *Handy* (telemóvel), um composto do vocábulo *Hand* (mão) com o sufixo *y*, que lhe dá o toque exótico de um anglicismo que efectivamente não é. Nas escolas secundárias discute-se a introdução de uma terceira língua estrangeira obrigatória, pois o inglês tornou-se a segunda língua nacional, estando quase ao nível do alemão. A sociedade alemã é agora uma sociedade multicultural, multiétnica e multilinguística, enriquecida pela convivência e integração (com a nova lei de nacionalidade) de imigrantes de segunda geração oriundos de espaços culturais tão diversos como a Turquia, Espanha, Itália, Grécia, Portugal, Sri-Lanka, as Repúblicas da ex-Jugoslávia e muitos outros, que não partilham nem origens, nem tradições histórico-culturais comuns. Paradigmaticamente, em relação a estes, a língua e cultura alemãs continuam a deter o privilégio tradutológico perdido noutras áreas, obrigando à expressão na língua do país de acolhimento. O modo como esta relação ambivalente é assimilada numa estratégia de *voyage-in* pela cultura alemã moderna dominante é retratado na chamada *Migrantenliteratur* (Literatura de imigrantes), uma escrita em alemão de autores de origem estrangeira (por exemplo Yoko Tawada), e parte importante da história literária alemã contemporânea.

Os dois vectores, que segundo Hartmut Böhme determinam a delimitação estratégica de uma cultura nacional: a permanência no tempo e no espaço (*Raum- und Zeitstetigkeit*, Böhme, 1996: 56), não são neste momento estáveis, quer pela penetração migratória, quer pela própria mobilidade da população autóctone. A extrema mobilidade da população estudantil e dos quadros alemães para fora

das fronteiras do país, reflecte-se também na «importação» de diferenciados modos de comunicação com o mundo que desestabilizam os antigos valores de identificação cultural e étnica dos alemães. Paradoxalmente, as exigências da globalização tornaram o mercado editorial mais pujante do que nunca. Lembre-se com Nietzsche, em *Die fröhliche Wissenschaft* (1882), que o acto tradutológico, sendo um acto de conquista, poderá resultar na assimilação da cultura de chegada pela «conquistada» cultura de partida. Tudo se traduz para alemão, numa rapidez alucinante, trazendo o mundo global para o contexto local e contribuindo cada vez mais para a dissolução do «idílio» tradicional da imagem do *Biertrinker in Lederhosen*.

Todavia, é também neste quadro de enfraquecimento da dimensão delimitadora das culturas, que se vive o recrudescer dos nacionalismos, da xenofobia. Se a reexigência do privilégio tradutológico de culturas que constituem o centro simbólico da cultura europeia é um fenómeno datado, a verdade é que as reacções à dissolução das fronteiras e à desistência absoluta deste privilégio podem ter consequências desastrosas para a autoconsciência da Europa e da sua diversidade cultural.

O caso alemão, apesar das suas cambiantes próprias, é representativo da ameaça que paira sobre a «cultura europeia». Entre a exigência da tradutibilidade e a inutilidade da tradução joga-se o futuro da nossa identidade enquanto europeus, que ecoando o lamento de Herder e Rousseau, ameaça normalizar-se num projecto que assume a cultura como consequência da economia, de um ímpeto globalizante, agora mais americano que europeu. Situando-se num espaço liminal, talvez seja de considerar a proposta apresentada por Jacques Derrida em *Le monolinguisme de l'autre*: a afirmação construtiva da cultura europeia como um sistema de línguas de chegada, de línguas não conquistadas, mas dialogantes, afirmando-se como uma cultura da tradução, entendida enquanto agência da diferença e do diálogo.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict (1991): *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso, London, New York.
- BAECKER, Dirk (2001): *Wozu Kultur?*, Kadmos, Berlin.
- BHABHA, Homi (1994): *The Location of Culture*, Routledge, London.
- BÖHME, Hartmut, Klaus SCHERPE (eds.) (1996^a): *Literatur und Kulturwissenschaften. Positionen, Theorien, Modelle*, Rowohlt, Reinbek bei Hamburg.
- BÖHME, Hartmut (1996b): «Vom Cultus zur Kultur(wissenschaft). Zur historischen Semantik des Kulturbegriffs» in Renate Glaser, Matthias Luserke (eds.): *Literaturwissenschaft – Kulturwissenschaft. Positionen, Themen, Perspektiven*, Westdeutscher Verlag, Opladen.
- BURNS, Rob (ed.) (1995): *German Cultural Studies an Introduction*, Oxford University Press, Oxford.
- DERRIDA, Jacques (1996): *Le monolinguisme de l'autre ou la prothèse de l'origine*, Galilée, Paris.
- EAGLETON, Terry (2000): *The Idea of Culture*, Blackwell, Oxford.
- ELIAS, Norbert (1989): *O Processo Civilizacional 1.º Vol.* (trad. Lídia Campos Rodrigues), Pub. Dom Quixote, Lisboa.
- GEERTZ, Clifford (2000): *Local Knowledge. Further Essays in Interpretative Anthropology*, Basic Books, s.l.
- HEIDEGGER, Martin (1983): «Dichterisch wohnet der Mensch...», *Gesamtausgabe. Bd. 13* (Hermann Heidegger ed.), Vittorio Klostermann, Frankfurt am Main, pp. 5-69.
- JAMES, Harold (1994): *A German Identity. 1770 to the Present Day*, Phoenix, London.
- KITTLER, Friedrich (2000): *Eine Kulturgeschichte der Kulturwissenschaft*, Fink, München.
- LEPENIES, Wolf (1997): «Die Übersetzbarkeit der Kulturen» in Anselm Haverkamp (ed.): *Die Sprache der Anderen*, Fischer, Frankfurt am Main.
- NIETZSCHE, Friedrich (1988): *Die fröhliche Wissenschaft, Kritische Studienausgabe Bd.3*, (ed. Giorgio Colli e Mazzino Montinari), DTV/de Gruyter, München, Berlin.
- OPITZ, Afred (coord.) (1998): *Sociedade e Cultura Alemãs*, Universidade Aberta, Lisboa.
- PLESSNER, Ulrich (1988): *Die verspätete Nation*, Suhrkamp, Frankfurt am Main.
- RAUHUT, Franz (1953): « Die Herkunft der Worte und Begriffe Kultur, Civilisation und Bildung», *Germanisch-Romanische Monatsschrift*, 38/1953, pp. 81-91.

- SAID, Edward (1994): *Culture and Imperialism*, Knopf, New York.
- SNOW, C.P. (1969): *The Two Cultures and A Second Look*, Cambridge U. Press, Cambridge.
- STEINER, George (1972): «The Hollow Miracle», *Language and Silence*, Faber & Faber, London, pp.117-132.
- THEWELEIT, Klaus (1995): *Das Land, das Ausland heißt*, dtv, München.
- TODOROV, Tzvetan; Oswald Ducrot (1982): *Dicionário das Ciências da Linguagem*, Pub. D. Quixote, Lisboa.

ISABEL CAPELOA GIL